

ESCOLA DA REGULAÇÃO: DESPROPORCIONALIDADE, SUBCONSUMO E CRISE

João Ildebrando Bocchi¹

A literatura sobre a Escola da Regulação (ER), normalmente, tem como ponto de partida a apresentação de suas especificidades teórico-metodológicas, que distinguem e particularizam este enfoque com relação aos outros já existentes. Isto quase sempre é feito através de uma exposição esquemática, onde são introduzidos inicialmente os vários níveis da análise regulacionista: formas institucionais, regime de acumulação, regulação e crises. Posteriormente, é feito o desenvolvimento quer de estudos empíricos apoiados por essa teoria, quer da própria discussão e aprofundamento teórico, no caso das apreciações críticas da ER.

A necessidade de uma apresentação esquemática do enfoque regulacionista deve-se ao relativamente pouco tempo de existência da ER e pela própria complexidade de sua abordagem, que impõem, quase sempre, a necessidade de um delineamento de seus principais pressupostos teóricos, na medida em que a ER se assume como um programa de pesquisa na acepção kuhniana. Essa apresentação esquemática, filtrada e decantada da ER, quase sempre não consegue dar conta da riqueza e da heterogeneidade de posições dessa escola, e, o mais importante, sob o guarda-chuva dos conceitos de regulação ou de fordismo abriga posições teóricas bastante diferenciadas e conflitantes.

Mesmo um autor da estatura de Boyer, um dos nomes seminais da ER, não consegue escapar ileso desse tipo de abordagem. Boyer (1990) apresenta um balanço crítico da ER, tratando de forma sintética e esquemática seu enfoque teórico, comentando seus autores mais representativos, resgatando alguns dos trabalhos críticos à ER, e apontando as limitações, os impasses e os desafios da ER.

Apesar da seriedade da abordagem, o resultado é involuntariamente reducionista, não afastando a visão da ER como uma posição teórica com matrizes estruturalistas e/ou funcionalistas, na medida em que a escola é apresentada através de conceitos e níveis de tratamento que se "encaixam" e se "apoiam" de forma aparentemente mecânica, apesar do permanente cuidado de Boyer em advertir os leitores dos riscos do mecanicismo e do reducionismo. Isto se torna ainda mais grave nos autores que não tomam estas precauções e buscam usar o enfoque regulacionista como um conjunto de receitas prontas ou fórmulas modulares de fácil aplicação, como judiciosamente observa o próprio Boyer (1990, p. 46/51).

Ironicamente, enquanto a ER se afirma teoricamente como não determinista ou calçada em leis gerais, muitos a vêem como uma caixa de ferramentas universal, sem contra-indicações, possível de se ajustar a qualquer realidade ou conjuntura nacional. Isto é especialmente importante e preocupante no uso e abuso do conceito de fordismo, que irá gerar um sem número de trabalhos empíricos, conformando um programa de pesquisa.

Em função disso pretendemos focar neste trabalho os elementos teóricos centrais da ER, explicitando e realçando pertencimentos teóricos regulacionistas pouco abordados em sua análise crítica, como sua assumida herança estruturalista, além das questões da desproporcionalidade departamental e do subconsumo. Analisaremos particularmente o livro *Regulación y crisis del capitalismo*, derivado da tese doutoral de Michel Aglietta, e considerado o marco fundador da ER. Faremos, ainda, um breve contraponto com os trabalhos de Lipietz (1979) e de Boyer&Mistral (1979).

¹ Professor do Departamento de Economia da PUC/SP e doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP.

I. OS VÁRIOS REGULACIONISMOS

A Escola Francesa da Regulação (ER) tem como marco fundador a tese doutoral de Michel Aglietta defendida em 1974 e a publicação, em 1976, de *Régulation et crises du capitalisme*². A tese de Aglietta será discutida em seminários no INSEE (1974-75) e no CEPREMAP³ (1976-77), onde será desenvolvida uma pesquisa sobre a inflação e a crise econômica na França no início dos anos 70. Esta pesquisa terá a participação de nomes que com Aglietta formarão o núcleo mais representativo da ER, como Robert Boyer, Alain Lipietz, Jacques Mistral, J. P. Benassy, J. Muñoz e C. Ominami⁴.

O objetivo explícito dos autores regulacionistas será o desenvolvimento de um referencial teórico de análise da economia capitalista que vá além dos modelos do chamado equilíbrio geral, próprio da economia neoclássica, e supere os modelos de análise marxista reducionista ou voluntarista, aquele mais identificado com o Partido Comunista Francês e as teses do Capitalismo Monopolista de Estado (CME) e este ligado às várias vertentes de inspiração trotskysta. Em resumo, trata-se de dar conta teoricamente da chamada estagnação que atingiu os países capitalistas desenvolvidos em 1973/74. A volta das crises econômicas capitalistas, após os "trinta gloriosos" anos de crescimento econômico norte-americano e dos outros países desenvolvidos, recoloca em discussão o caráter cíclico do capitalismo, que parecia ter sido eliminado pelo manejo eficiente das políticas econômicas keynesianas.

Assim, a volta das crises representará um duro golpe sobre o consenso keynesiano dominante, abrindo espaço no campo conservador para o renascimento dos autores neoclássicos, especialmente a escola das expectativas racionais. Para o pensamento crítico trata-se repensar das crises a partir de Marx, mas dando conta das especificidades desta nova crise que apresenta características diferentes das crises clássicas: agora ocorre a queda no nível da atividade econômica, mas não há deflação, pois os preços continuam a subir. Este será exatamente o objetivo dos autores mais representativos que analisaremos dentro da ER: Aglietta, Boyer e Lipietz. Estes autores buscarão através de uma análise histórica do capitalismo, apreender sua permanência apesar dos conflitos e das crises, desconsiderando as leis gerais desenvolvidas por Marx, e buscando dar conta das especificidades das economias nacionais⁵.

Mas se os objetivos aparentemente são os mesmos, se os autores que dão o referencial teórico básico também o são, pelo menos no período inicial de

² . Aglietta, M. *Régulation et crises du capitalisme, l'expérience des états-unis*. Paris, Calmann-Lévy, 1976. Este livro contém o essencial da tese *Accumulation et Régulation du Capitalisme en Longue Période. Exemple des Etats-Unis (1870-1970)*, Paris I, 1974. Neste trabalho usaremos a quarta edição espanhola *Regulación y crisis del capitalismo*, publicada pela Siglo Veintiuno em 1988. A primeira edição em espanhol é de 1979, o que demonstra o grande interesse despertado pela obra de Aglietta.

³ . INSEE (Institut Nacional de la Statistique et des Etudes Economiques) e CEPREMAP (Centre d'Etudes Prospectives d'Economie Mathématiques Appliquées à la Planification), são organismos do aparato estatal francês de planejamento.

⁴ . A recuperação detalhada deste início da escola da regulação encontra-se em *Crise et l'inflation, pourquoi?* de Alain Lipietz, especialmente na Apresentação.

⁵ . Já existe um acúmulo razoável de avaliações críticas e de históricos sobre as origens e o desenvolvimento da ER. O trabalho mais interessante, sem dúvida, é o de Boyer, *La théorie de la régulation: une analyse critique*, publicado em 1986. O artigo de Bob Jessop, *Regulation Theories in Retrospect and Prospect*, apresentado no Colóquio de Barcelona em 1988, enfoca a ER de uma forma mais ampla, produzindo uma excelente visão panorâmica sobre os vários regulacionismos e levantando questões críticas interessantes. No Brasil há vários artigos que sintetizam os traços mais esquemáticos da ER. Os artigos de Sabóia (1989) e de Nascimento (1993) ilustram bem o caráter de divulgação característico dessas abordagens. Já Possas (1988) é um bom exemplo de tentativa de avaliação crítica da ER.

desenvolvimento da ER que estamos analisando, constatamos que a diversidade de abordagens desde o início deixa dúvidas se estamos diante de uma única escola ou de um único programa de pesquisa na acepção kuhniana⁶. Jessop (1988) identifica pelo menos sete grupos de autores autodenominados ou classificados como regulacionistas. Os franceses podem ser divididos em três principais grupos: o de Grenoble, o de Paris e PCF-CME. Além destes ele considera como regulacionistas a escola de Amsterdã, os alemães ocidentais (os chamados "derivacionistas"), o grupo nórdico e os "radicais" norteamericanos. É importante salientar que Boyer (1988), na sua análise crítica da teoria da regulação, praticamente desconsidera estes grupos arrolados por Jessop, com exceção do GRREC e dos próprios parisienses.

Segundo Jessop, apesar das diferentes abordagens, estes vários grupos integram um programa de pesquisa que se define por quatro características comuns, baseadas em uma herança marxista. O programa trabalha com uma ontologia e epistemologia científica realista; desenvolve as teorias da regulação seguindo o método da "articulação", conforme Aglietta (1988, p. 340); deriva os seus mais importantes conceitos teóricos da tradição marxista do materialismo histórico e da sua análise da economia política e da sociedade burguesa; e, por último, este campo particular de investigação trata diretamente das formas mutáveis e dos mecanismos (instituições, redes, procedimentos, modos de cálculo e normas) nos e pelos quais é assegurada a expansão do capital enquanto relação social, sempre parcial, temporária e instável (Jessop, 1988, p.9).

Antes de detalharmos melhor as características de cada um destes grupos, cada lembrar que mesmo dentro da economia, já desde os anos 60, alguns autores franceses trabalhavam com o conceito de regulação, como Brochier, Beaud e, especialmente, Benri Bartoli e André Nicolai (Dosse, 1994). Nicolai tinha um projeto de estabelecer as bases de uma antropologia econômica geral, e publicou em 1962 o artigo "*L'inflation comme régulation*", onde mostra como os papéis se reproduzem através dos processos inflacionários. Segundo Dosse (1994, p. 331) "essa abordagem vem-lhe diretamente do estruturalismo antropológico, que o leva a formular a questão da positividade do fenômeno inflacionário enquanto máquina para reproduzir e não apenas como simples expressão das disfunções do sistema". Para Nicolai os regulacionistas são uma desforra pessoal póstuma, na medida em que a partir de 1968 ocorre uma rejeição a Marx e a Keynes na academia, com o predomínio quase total do marginalismo neoclássico: entre os marginalistas e os seguidores da concepção do Capitalismo Monopolista de Estado (CME) não havia espaço para uma terceira via. Não é coincidência, portanto, que os regulacionistas parisienses estão inseridos em instituições de pesquisa estatística localizadas fora da academia.

Segundo Jessop, o grupo de Grenoble (GRREC) articula-se em torno da crítica à teoria do equilíbrio geral, como uma base adequada para o entendimento da dinâmica das economias capitalistas e a periodização do capitalismo em três estágios, cada um com seu próprio modo de regulação: concorrencial ou capitalismo liberal, monopólio simples e capitalismo monopolista de estado, tese próxima à do PCF-CME. Gérard de Bernis, o nome de maior representatividade de Grenoble, foi um dos primeiros a introduzir a noção de regulação nas pesquisas em ciências sociais, definida inicialmente dentro das chamadas ciências exatas (Boyer, 1988). G. de Bernis partiu da definição do filósofo G. Canguilhem, para o qual a regulação é o "ajustamento, de acordo com certas regras ou normas, de uma infinidade de movimentos ou de atos e de seus efeitos ou produtos, que sua diversidade ou sua sucessão torna-os estranhos uns aos outros" (Boyer, 1988). O GRREC, apesar de não ter alcançado a notoriedade do grupo parisiense, é bastante ativo,

⁶. Ver Kuhn (1994) e, especialmente, as coletâneas de Rego (1991) e Rego (1996), com vários artigos enfocando a questão do método e da retórica na economia.

⁷. Esta posição de Nicolai nos remete a Ignácio Rangel e a Inflação Brasileira (1963), onde o autor discutia o caráter 'funcional' da inflação no Brasil, em uma análise pioneira, que se tomou clássica. Consultar o prefácio de Bresser Pereira à quinta edição do livro, publicada em 1986.

ref. bibl. e tem publicado periodicamente seus trabalhos através da revista *Économies et Sociétés, Cahiers de l'I.S.M.E.A.* Esta revista publicou, ainda, dois números com importantes trabalhos apresentados no Colóquio de Barcelona*, uma reunião internacional sobre a teoria da regulação realizado na Universidade de Barcelona em junho de 1988. Para De Vroe&Cartelier (1988) a ortodoxia do enfoque dos glenobreses leva a questionar o motivo de se autodenominarem regulacionistas. Segundo Jessop (1988) é pertinente essa pretensão dos glenobreses, reconhecida mesmo pelos autores do grupo parisiense. Devemos lembrar, para relativizar a posição de De Vroe&Cartelier, que estes autores se assumem como anti-marxistas, daí derivando este rigor na análise dos glenobreses. A intervenção de De Vroe&Cartelier no Colóquio de Barcelona é bastante crítica com relação à ER, observando o grande desenvolvimento empírico da produção regulacionista, sem o correspondente desenvolvimento teórico.

? Os regulacionistas parisienses formam um grupo bastante (e cada vez mais) heterogêneo, com um claro compromisso inicial com a Introdução de Marx na Contribuição à Crítica da Economia Política de 1957 bem como uma vinculação ambígua com a corrente althusseriana, assumida e claramente admitida por Aglietta (1988) e, especialmente, Lipietz (1979). Os estudos iniciais deste grupo estavam ligados ao fordismo nos EUA, à natureza do capitalismo monopolista, às causas da inflação e os gastos públicos na França. Eles distinguem dois estágios básicos do capitalismo: o da chamada regulação concorrencial e o da regulação monopolista. Articulado os conceitos de modo de regulação e regime de acumulação, que pode ser extensivo ou intensivo teremos os modos ou regimes de desenvolvimento (Jessop, 1988). Aglietta na Introdução de seu livro nos dá uma primeira definição de regulação: "Falar de regulação de um modo de produção é tentar expressar mediante leis gerais como se reproduzem as estruturas determinantes de uma sociedade. O objeto da presente obra é o estudo das leis de regulação do modo de produção capitalista. Este estudo se levará a cabo a partir de uma análise da economia norte-americana de longo prazo" (Aglietta, 1988, p.4).

X A posição do PCF-CME apoia-se nas concepções de Paul Boccara† e a lei da sobreacumulação-desvalorização e seus impactos na relação entre monopólios privados e o Estado. A sobreacumulação está ligada à lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL), que será contrarrestada, em última instância, pela intervenção estatal, desvalorizando parte do capital social e permitindo a valorização do capital monopolista à taxa média de lucro. Apesar do esquematismo das posições, Jessop considera este enfoque regulacionista em função da sua ênfase na mudança econômica e nos procedimentos políticos necessários para regular a acumulação de capital nos sucessivos estágios do capitalismo.

X A escola de Amsterdã apoia-se nos conceitos-chaves de frações de capital e a concepção de controle, a partir da economia política marxista, da teoria política de Lênin e das análises gramscianas de hegemonia. Segundo Jessop este grupo pode ser considerado regulacionista devido à sua ênfase na necessidade de conceitos amplos de controle para assegurar as condições para a acumulação e a dominação política de classe, mas distingue-se, basicamente, por seu enfoque político e estratégico.

X A escola alemã ocidental identifica-se com Joachim Hirsch e seus seguidores em Frankfurt e Berlim. A principal característica deste grupo é o seu foco na Vergesellschaftung (Societalização), ou seja, a consideração do processo de acumulação capitalista não do ponto de vista estritamente econômico, mas através do seu modo específico de integração das massas e de formação do bloco histórico gramsciano. Hirsch e seu grupo reinterpreta a LQTTL em termos regulacionistas, bem como sua relação

*. Le Colloque de Barcelone. *Économies et Sociétés, Cahiers de l'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation*, R, numero 4, 1989 e numero 5, 1990. No primeiro número dedicado ao Colóquio é reproduzido o programa com a relação de todos os trabalhos apresentados.

†. Boccara, P. *O Capitalismo Monopolista de Estado, Tratado Marxista de Economia Política*. Lisboa, Seara Nova, 1976.

com o papel do Estado e dos partidos políticos em assegurar as condições para a efetiva regulação societal (Jessop, 1988).

O chamado grupo nórdico caracteriza-se mais pelas análises sobre a crise dos anos 70 e suas repercussões sobre seus países, estando menos preocupado com a transição para novos regimes de acumulação e modos de regulação (Jessop, 1988).

Além destes grupos europeus, há um enfoque regulacionista norte-americano, que considera o conceito de estrutura social de acumulação e explora as correspondências entre estas estruturas e as ondas longas da acumulação de capital as diferentes alocações no sistema mundial. Há uma proximidade teórica com os conceitos de bloco histórico, modo de societalização e modo de social regulação, embora com um caráter mais especulativo e empírico. Existem duas correntes não claramente distintas: Um grupo mais interdisciplinar voltado ao estudo do fordismo e de sua crise e o trabalho dos radicais americanos, preocupado com as condições do crescimento norte-americano no pós-guerra (Jessop, 1988).

II. UM RECORTE NECESSÁRIO: AGLIETTA, BOYER E LIPIETZ

A extensão dos autores e dos enfoques apresentados por Jessop nos conduz obrigatoriamente a recortar nossa análise da ER. Nosso recorte vai considerar os três autores mais representativos da escola parisiense, e que podem ser considerado o núcleo fundador da ER: Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz. Aglietta, com *Regulación y crisis del capitalismo*, é o autor pioneiro e o mais amplamente citado para caracterizar a ER, tendo assumido posteriormente uma postura teórica bastante diferenciada quando da fundação da ER, especialmente, sobre a questão da moeda e as instabilidades financeiras. Boyer, especialmente em seu livro de 1978 com Jacques Mistral, com seus trabalhos sobre a relação salarial na Europa e com a sua análise crítica sobre a ER é um nome fundamental desta escola. Sabóia (1989) reconhece em Boyer o fiel da balança na encruzilhada teórica vivida pela ER, entre os seguidores do pensamento marxista, como Lipietz e Benjamin Coriat, e os classificados como pragmáticos, como Aglietta, que abandonou em 1982 a teoria do valor-trabalho. Lipietz é o redator do livro *Crise et l'inflation, pourquoi?*, baseado no trabalho coletivo desenvolvido no CEPREMAP em 1976/77, além de vários estudos voltados às especificidades dos países do terceiro mundo, tendo desenvolvido conceitos como fordismo incompleto ou fordismo periférico. Por suas preocupações teóricas com as questões regionais e internacionais no processo de reprodução do capital é um autor bastante presente no Brasil. Devemos frisar que a presença destes vários autores no cenário brasileiro é também física, com participação ativa em debates, seminários e atividades acadêmicas diversificadas em várias instituições. Basta ver, por exemplo, o seminário Regulação Econômica e Globalização, promovido pelo IESP/FUNDAPE em abril de 1995, que contou com a presença de Aglietta, Boyer, Bruno Theret, entre outros. Um dos autores que assumiu maior dimensão com a consolidação da ER foi Coriat e seus estudos sobre os processos de trabalho. É um autor mundialmente reconhecido, tendo estado no Brasil em 1984 e proferido conferências no DIEESE e na PUC/SP¹⁰, sendo uma referência obrigatória nos estudos na área do trabalho. Não analisaremos as contribuições de Coriat, mas sim de alguns dos autores que desenvolveram muitos dos elementos básicos sobre os quais conduziu sua obra.

¹⁰ Ver a Apresentação do primeiro número da revista *Pesquisa e Debates*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia da PUC/SP.

III. O QUADRO TEÓRICO DA ER

Não há dúvidas quanto ao pertencimento teórico marxista dos autores da ER, pelo menos nos momentos iniciais de construção da escola. Aglietta afirma na Introdução de *Regulación y crisis* que sua "análise terá seus fundamentos lógicos no materialismo dialético, método elaborado por Marx." Mas este estudo da regulação do capitalismo não pode ser a busca de leis econômicas abstratas. "É o estudo da transformação das relações sociais que dá lugar a novas formas econômicas e não econômicas simultaneamente; estas formas estão organizadas em estruturas e reproduzem uma estrutura dominante, o modo de produção. Este estudo há de explicitar o sentido geral do materialismo histórico: o desenvolvimento das forças produtivas sob o efeito da luta de classes, e as transformações das condições dessa luta e das formas em que se concretiza sob o efeito desse desenvolvimento". Trata-se de uma obra teórica que vai se concretizar através da análise sistemática da história do capitalismo norte-americano a partir da guerra civil. "O objetivo consiste em desenvolver as potencialidades contidas nos conceitos criados por Marx, submetendo-os à análise crítica das grandes transformações sociais que vem ocorrendo faz mais de um século." Ou, ainda mais, nas palavras precisas de Aglietta: "O problema central que alimenta a polêmica suscitada pela concepção marxista de sistema capitalista é a articulação das leis da acumulação do capital e das leis da concorrência. Este problema será o eixo de nossa análise, e mostraremos que é o núcleo da teoria da regulação do capitalismo" Aglietta (1988, p.9). É este estudo que porá a descoberto o processo contraditório de generalização da relação salarial e da estratificação das classes sociais polares - a burguesia e o proletariado - que constituem essa relação. Para o autor este é o problema básico do materialismo histórico, conforme a definição rigorosa de E. Balibar em seu artigo "*Plus-value et classes sociales*", em *Cinq études du matérialisme historique*. A citação de Balibar nos permite retomar a questão da relação dos regulacionistas com o althusserianismo, já apontada por Jessop. Dosse, em *História do Estruturalismo*, mostra que com a crise econômica dos anos 70 os esquemas althusserianos baseados na reprodução são profundamente abalados. A partir daí a corrente estruturalista em economia vai desviar suas orientações e passar progressivamente da reprodução à regulação. A proximidade teórica de Aglietta com o althusserianismo é confirmada em entrevista a Dosse, quando diz que uma vez terminado o livro *Regulación y crisis* "mostrei-o a Althusser e a Balibar. Foi algo que eles avalizaram muito bem. Reconheciam-se nessa abordagem" (Dosse, 1994, p.323). Também em entrevista a Dosse, Lipietz afirma suas proximidades e distanciamentos com Althusser: "Nós, regulacionistas, somos de uma certa maneira filhos rebeldes de Althusser". Para Lipietz "Conceito mestre do estruturalismo, a reprodução designa a permanência da unidade de uma estrutura pela transformação continua de um aspecto em outro. Assim a palavra é bem escolhida: é a velha história da galinha e do ovo, da mãe e da filha. Um mérito bastante grande de E. Balibar é de haver resgatado a importância deste conceito de O Capital. Em particular à propósito da relação capital/salário, e à propósito da relação entre as seções produtoras de meios de produção e de bens de consumo (Grifo nosso, JIB). Este momento da reprodução, que permite fixar a contradição na estrutura para melhor estudá-la, é absolutamente indispensável: é a base de nosso estudo, o ponto de vista que adotaremos principalmente em toda primeira parte" (Lipietz, 1979). Lipietz no prefácio de *Crise et l'inflation, pourquoi?* fará um detalhado balanço de suas relações com o althusserianismo, onde deixa claramente configurado a sua rejeição ao anti-humanismo, ao mesmo tempo em que reconhece em Althusser e seguidores a abertura para uma leitura não mecanicista de O Capital. Para Dosse "O regulacionismo se apresenta então como a ultrapassagem necessária do althusserianismo para pensar a crise, para mostrar que a reprodução não é isenta de dificuldades e que, se pode perdurar durante um longo período, como o dos 'Trinta Gloriosos', também é capaz de acumular no decorrer dele um certo número de contradições que acabam por se combinar e

feição
espos

culminar numa crise. Mas Lipietz lembra sua dívida com Althusser, tratado com muita frequência como outrora Hegel, como um 'cachorro morto': 'Infelizmente, aqueles que hoje 'esquecem' Althusser, 'esquecem', de fato, Marx, a existência de estruturas de exploração, o peso das relações sociais" (Dosse, 1994, p.322/3). Enfim, a volta das crises econômicas coloca em crise teórica não só o keynesianismo e o pensamento neoclássico, mas também os esquemas althusserianos baseados na reprodução. Com as citações e as entrevistas realizadas por Dosse acreditamos ter esclarecido melhor ao que Jessop chamou de relações ambíguas do grupo parisiense com o althusserianismo.

Como afirma Boyer, os regulacionistas estão também em busca de um novo Keynes. Seria nesta direção que iriam as pesquisas de Benassy, que tem como ponto de partida as teorias do desequilíbrio, bem como os trabalhos desenvolvidos por Malinvaud, que se situam em um quadro mais amplo que o keynesiano: por exemplo, os preços seriam fixados em relação a uma série de convenções, de procedimentos de planejamento interno da empresa ou, ao menos, que eles tenham uma inércia bem maior que as quantidades trocadas (Boyer, 1990, p.29/30). Cabe ressaltar que apesar da teoria do desequilíbrio não ser aceita pelos economistas ortodoxos, as possíveis políticas econômicas sugeridas a partir dessa teoria, especialmente por Malinvaud, são basicamente conservadoras: ao propor medidas que restaurem uma distribuição de renda favorável aos lucros, como forma de acelerar a retomada dos investimentos e permitir, subseqüentemente, a diminuição do desemprego, essas políticas não se tornam essencialmente diferentes da *supply-side* de Reagan. Estas políticas econômicas são explicitamente criticadas por Boyer & Mistral (1979), livro que podemos considerar um autêntico manifesto social-democrata, quando trata do enfrentamento da crise econômica. Considerando as políticas econômicas propostas por Malinvaud é interessante e algo surpreendente constatar o reconhecimento dos regulacionistas por esse tipo de abordagem, conforme admite Boyer (1990, p. 29/31).

Dentro da posição pós-keynesiana é dada bastante importância a Minsky e à sua análise da instabilidade financeira como principal fator de instabilidade econômica. Mas Boyer observa que embora os regulacionistas estejam mais voltados a Kalecki do que a Keynes na sua busca de bases teóricas para uma macroeconomia renovada, na verdade buscam caminhos diferenciados destes dois autores: "Porém, em termos de caracterização da crise atual, as teorias da regulação propõem um diagnóstico que se diferencia da ortodoxia keynesiana e das próprias análises de M. Kalecki. Ela se baseia no fato de que numa acumulação intensiva centralizada no consumo de massa o sistema tende a ter que enfrentar a queda da rentabilidade e não mais a insuficiência da demanda global. Ora, é precisamente isto que continuam a teorizar os keynesianos que, desta maneira, tendem a comparar a crise atual à de 1929..." (Boyer, 1990, p.38/9).

Aglietta a partir de *La violence de la monnaie*¹¹, escrito com André Orléan e publicado em 1982, amplia ainda mais os seus referenciais teóricos apoiando-se nos trabalhos de René Girard, sobre as formações das sociedades e de Ylya Prigogine, sobre a concepção do tempo na história e na ciência moderna. Se por um lado isto significa a continuidade e o aprofundamento das questões monetárias já abordadas em *Regulación y crisis*, por outro lado significa uma ruptura fundamental com os paradigmas marxistas anteriores, na medida em que se rompe com a teoria do valor-trabalho, que permite a coesão mercantil. Relativamente a Prigogine não cabem as observações anteriores, pois Lipietz em *Crise et l'inflation, pourquoi?* já tratara sobre a importância da recorrência às várias contribuições provenientes das ciências ditas exatas, como matemática, física, química e biologia, integrando-as com o referencial teórico marxista. Evidentemente, desde *A Dialética da Natureza* estas questões tornaram-se ainda mais complexas, cabendo a máxima preocupação com esta forma de circulação entre as ciências chamadas sociais e as da Natureza.

¹¹ . Aglietta, M. & Orléan, A. *La violence de la monnaie*. Paris, PUF, 1982

IV. A ESCOLA DA REGULAÇÃO

Na introdução de *Regulación y crisis del capitalismo*, Aglietta afirma que seu livro será um libelo contra o *main-stream*, o conceito de equilíbrio geral e a síntese neoclássica. Introduce as questões metodológicas e define o que é regulação de um modo de produção. Em seu plano de obra anuncia que vai tratar na primeira parte das transformações da relação salarial e das leis da acumulação do capital; enquanto que na segunda parte será abordada as transformações das relações capitalistas e as leis da concorrência. É na primeira parte que teremos o desenvolvimento dos elementos que se tornarão centrais na temática regulacionista como a relação salarial e o fordismo, que permitirão desenvolver um novo enfoque sobre as crises capitalistas, dentro da conhecida e debatida concepção da desproporcionalidade departamental.

Para Aglietta a relação salarial é a relação fundamental que define o modo de produção capitalista e será a partir das suas transformações que o autor irá desenvolver a questão da sua periodização. Para isto é fundamental o significado da mais-valia relativa: na medida em que a mais-valia relativa implica no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho ou da diminuição do tempo de trabalho necessário (tn), isto só será possível com a transformação das condições de produção das mercadorias produzidas no setor II da economia. Isto implicará na harmonização do desenvolvimento dos dois setores da economia: o setor I, que produz os bens de produção e o setor II, que produz os bens de consumo. Somente assim não ocorrerá o crescimento desbalanceado baseado no desenvolvimento das forças produtivas no setor produtor dos meios de produção. Segundo Aglietta, "quando o desenvolvimento do setor que produz os meios de consumo permite a generalização da produtividade para o conjunto da produção de mercadorias, se produzem dois efeitos. De uma parte, a saída de mercadorias do setor I aumenta grandemente... Além disso, e principalmente, a transformação geral das relações de equivalência provoca uma diminuição do valor da força de trabalho... Uma elevação da taxa de mais-valia pode contrarrestar e superar o efeito, além do mais amortizado, de q (composição orgânica do capital). A taxa de rentabilidade do capital pode permanecer estável ou inclusive aumentar." (Aglietta, 1988, p. 43).

Para precisar ainda mais esta posição, nos permitiremos ainda mais uma longa citação do autor sobre a questão, pois este será o ponto central sobre o qual Aglietta retornará frequentemente ao longo do texto: "Assim, a teoria marxista da acumulação se apresenta como uma teoria de desenvolvimento contraditório das relações de produção capitalistas. É absolutamente contrário à análise dialética buscar uma lei geral da evolução da taxa de rentabilidade do capital. Para o esclarecimento da evolução histórica, a conclusão a que chegaremos é bastante mais significativa. Com efeito, damos um conteúdo social, não técnico, ao desenvolvimento das forças produtivas. A acumulação capitalista é necessariamente acidentada. Adquire seu impulso com o desenvolvimento desigual do setor I; mas esse desenvolvimento desigual levanta uma barreira à acumulação. Tal barreira, sempre latente, só pode eliminar-se se a *produção capitalista transforma as condições de existência do trabalho assalariado* (grifo de MA). Só mediante essa transformação terá a produção de mercadorias um ritmo de expansão que permita alcançar tendencialmente o desenvolvimento harmônico dos dois setores, condição necessária para que a acumulação apresente um ritmo regular. Como veremos mais adiante, dispomos com isto de uma base teórica que nos permite caracterizar a época histórica que nasce após a I Guerra Mundial, como um estágio novo no desenvolvimento do capitalismo. Dispomos, assim, de um instrumento analítico para interpretar as crises cíclicas da acumulação capitalista". (Aglietta, 1988, p. 40).

Este instrumento analítico ganha concreção no estudo do desenvolvimento da acumulação capitalista nos EUA. A partir da análise da chamada *norma de consumo* ou das condições de existência do trabalho assalariado, Aglietta considera, inicialmente, a acumulação extensiva, quando o capitalismo transforma o processo de trabalho por meio da criação de meios de consumo coletivo, sem remodelar o modo de consumo. Esse

regime de acumulação progride aos saltos, devido ao desenvolvimento desigual do setor I, baseado na edificação por ondas da indústria pesada. Já a acumulação intensiva, pressupõe a transformação da existência do trabalho assalariado, com a produção de um novo modo de consumo, caracterizado pelo predomínio das relações mercantis sobre as relações não mercantis (Aglietta, 1988, p. 56/59).

Para interpretar as características fundamentais do capitalismo no século XX, o autor se propõe a analisar as quatro transformações sofridas pela relação salarial, dos pontos de vista do capital, do desenvolvimento das forças produtivas, do trabalho assalariado (formação da norma social de consumo) e das mercadorias de consumo. A evolução histórica da taxa de mais-valia, medida através de seu inverso, o custo salarial social real, permite a Aglietta medir também a evolução da produtividade do trabalho, pois esta será a variável fundamental, em última instância: serão os aumentos de produtividade nos setores I e II da economia, que permitirão o aumento da mais-valia relativa, transformando o processo de trabalho e a própria forma de existência do trabalho assalariado. Isto ocorre através da passagem do taylorismo, cujo auge se dá na indústria de transformação a partir do final do século XIX, para o fordismo em que o processo de trabalho baseado na cadeia de produção semi-automática será ideal para a extração da mais-valia relativa. O fordismo começa a se desenvolver após a I Grande Guerra, mas a demanda ainda limitada pelos produtos do setor II, implicará no desenvolvimento desequilibrado do setor I, tendo por consequência a segunda Grande Depressão nos anos 30. A análise que Aglietta faz da crise de 30, explicita sua visão sobre as crises capitalistas calcada na problemática da desproporcionalidade e no subconsumo¹². Esta abordagem será retomada em todos os momentos de análise das crises capitalistas em geral, ficando claramente configurado seu método de análise, que está sendo desenvolvido visando tratar da crise dos anos 70. Esta posição será criticada por Boyer & Mistral (1979), especialmente na análise da crise dos anos 70. Para estes autores o elemento central da crise será a queda no crescimento da produtividade e a consequente queda na rentabilidade, deixando claro a discordância do enfoque desproporcionalista de Aglietta.

As transformações institucionais, advindas após a Grande Depressão, especialmente quanto à relação salarial, permitirão que no pós-guerra tenhamos o auge do fordismo, com os "trinta gloriosos anos". O desenvolvimento harmônico dos dois setores possibilitará a existência de um mercado de consumo de massas, apoiado no binômio habitação/automóvel. Essas transformações no processo de trabalho, segundo Aglietta, permitirão além do barateamento da reprodução da força de trabalho, contrarrestar a elevação da composição orgânica do capital, com o barateamento dos bens de produção. Por outro lado, se as mudanças na relação salarial permitem que os trabalhadores passem a participar dos chamados ganhos de produtividade, vão implicar, também, na perda total de controle sobre o ritmo do seu trabalho. Esta será uma questão fundamental, na medida em que estando assegurada as condições básicas de subsistência (emprego e salário), suas lutas sindicais serão crescentemente voltadas à melhoria das condições de trabalho, na medida em que a submissão do trabalho ao ritmo da máquina implicará no desequilíbrio fisiológico e psicológico dos trabalhadores, que desaguará no repúdio ao fordismo nos anos 60, resultando no que Aglietta chama de crise de reprodução da relação salarial.

A crise do fordismo começa a se desenhar com a queda do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e da mais valia relativa. Isto levará novamente a um

¹² . A discussão crítica sobre as crises capitalistas a partir das abordagens de Marx, ocupará um espaço fundamental na teoria e na prática política marxista, que, como verificamos em Aglietta, se mantém ainda hoje. Esta questão estará presente em todos os debates clássicos do marxismo e, com variações, encontra-se com frequência em muitos autores contemporâneos. Da extensa bibliografia existente, além dos autores originais como Marx, Luxemburg, Kautsky, Hilferding, Lênin, etc., consultar, entre outros comentadores, a coletânea de Colletti (1985), Castells (1978, 1979), Miglioli (1982), Mazzuchelli (1985), Shaikh (1985), Souza (1982), Sweezy (1976), Magdoff & Sweezy (1982), Mandel (1969, 1982, 1990), Rosdolski (1979) e Maitica & Moracs (1979).

crescimento desbalanceado do setor I da economia, com mais uma crise de subconsumo. A crise dos anos 70 será bastante limitada, comparativamente aos anos 30, exatamente em função de todos os mecanismos institucionais que, de uma forma ou de outra, mantêm a demanda efetiva. A particularidade dessa crise será a inflação, contrariamente à deflação típica das crises capitalistas anteriores. A inflação dos anos 70 aparecerá como um epifenômeno derivado dos mecanismos de defesa desenvolvidos pelas grandes empresas e pelos grupos financeiros. Para Aglietta, o sistema monetário e financeiro, controlado pelo capital concentrado e centralizado via concorrência monopolista, tornará as crises financeiras momentos necessários da regulação do capitalismo monopolista. Mas essas crises financeiras aparecerão a partir de um desequilíbrio setorial devido à aceleração do crescimento do setor I. Em outras palavras, uma crise de sobreacumulação de capital. Novamente, devemos assinalar a divergência de Boyer&Mistral com este aspecto da crise desenvolvido por Aglietta. Estes aspectos monetários e financeiros das crises serão retomados e aprofundados por Aglietta&Orlân em *A Violência da Moeda*.

Lipietz (1979) desenvolverá, em linhas gerais, um enfoque bem próximo ao de Aglietta. As diferenciações de posições virão posteriormente, com o abandono da teoria do valor trabalho por Aglietta, entre outros regulacionistas, e a continuidade deste pertencimento teórico por Lipietz. Com relação à teoria de crise, Aglietta mantém a posição desproporcionalidade/subconsumo em *A Violência da Moeda*, apesar de toda importância que atribue às questões monetárias e financeiras. Lipietz se não renega explicitamente essa posição, levantará a questão da lei da queda tendencial da taxa de lucro (DQTTL), se referindo à crise de forma genérica quer sendo de desproporcionalidade, quer sendo devido à alta da composição orgânica (Lipietz, 1988, p. 56/58).

V. UM PRIMEIRO ESBOÇO CRÍTICO

A abordagem regulacionista encontra em Brenner&Glick (1989) seus críticos mais contundentes, com um trabalho extremamente metuculoso apresentado justamente no Colóquio de Barcelona. Os autores questionam aspectos fundamentais não só teóricos mas também empíricos relativamente à ER. O caráter do crescimento da taxa de mais-valia relativa na dinâmica capitalista; o desenvolvimento do setor II apenas depois da I Guerra, bem como a queda do crescimento da produtividade nos anos 60, são elementos essenciais da abordagem de Aglietta que são refutados por Brenner&Glick. Embora não seja este o espaço para aprofundar esta discussão, fica aqui o seu registro pela sua importância, que deverá merecer um posterior tratamento, obrigatório pela desconsideração dessas críticas pelo conjunto dos autores que reivindicam um pertencimento teórico regulacionista.

Enquanto estas críticas atingem o conjunto dos elementos centrais do livro de Aglietta, a abordagem de Shaikh (1985) dirige-se à questão da queda ou não do crescimento da produtividade nos anos 60, posicionando-se contrariamente a Aglietta. A partir disso, Shaikh analisa a crise dos anos 70 como consequência da alta da composição orgânica do capital e da conseqüente queda na taxa de lucro. Sweezy em *A Crise do Capitalismo Americano* também aborda a questão, chamando atenção para o aspecto estatístico enganoso de uma queda na produtividade em um momento de queda no nível da atividade econômica. Para Sweezy a queda da produtividade é uma consequência e não causa da crise.

VI. CONCLUSÃO

A literatura sobre a ER normalmente desconsidera a teoria de crise subjacente ao enfoque regulacionista. Ao analisarmos as contribuições de Aglietta, Lipietz e

Boyer&Mistral verificamos que enquanto os primeiros se vinculam à posição desproporcionalidade setorial/subconsumo, Boyer&Mistral desconsideram essa perspectiva teórica, atendo-se exclusivamente à questão da queda da produtividade na determinação da crise. Estas questões tornam-se bastante importantes, quando consideramos a problemática da dinâmica capitalista baseados no enfoque desproporcionalista. Dessa forma, o conjunto de trabalhos teóricos e empíricos que configuram o projeto de pesquisa regulacionista, quase sempre desconsidera estes enfoques heterogêneos, trabalhando o conceito de fordismo com pouca profundidade teórica. Certamente este é um dos fatores que fortalecem as críticas ao grande desenvolvimento empírico da abordagem regulacionista, sem a contrapartida da elaboração teórica correspondente.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. *Régulation et crise du capitalisme*. Paris, Calmann - Lévy, 1976. Segunda edição, 1982.
- _____ & ORLEANS, A. *La violence de la monnaie*. Paris, PUF, 1982.
- _____ *La fin des devises clés*. Paris, La Découverte, 1986.
- _____ *Globalization financière*. L'aventure Obligée. Paris, Economica, 1990.
- _____ *Rupturas de um sistema econômico*. Madrid, Blume, 1981.
- ALCALY, R. E. "An Introduction to Marxian Crisis Theory" in *Review of URPE*, s. ed.
- ALTHUSSER, L. et. al. *Lire le capital*. Maspero, 1975.
- BALIBAR, E. *Cinq études du matérialisme historique*. PUF, 1968.
- BARRERE, A. *The foundations of keynesian analysis*. Hong Kong, The Macmillan Press, 1988.
- BASLÉ, M. e outros. *Histoire des pensées économiques*. Paris, Editions Sirey, 1988.
- BELLUZZO, L. G. M. *Valor e Capitalismo, um ensaio sobre a Economia Política*. S. Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____ *O Senhor e o Unicórnio, a economia dos anos 80*. S. Paulo, Brasiliense, 1984.
- BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil nos 1 e 2*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BLINDER, A. *Keynes after Lucas*. Eastern Economic Journal, XII (3), July-September, 1986.
- BOCCARA, P. *Études sur le capitalisme d'Etat, sa crise et son issue*. Paris, Editions Sociales, 1973.
- BONELLI, R. & GUIMARÃES, E. "Taxas de lucro de setores industriais no Brasil: uma nota sobre sua evolução no período 1973-79." *Estudos Econômicos*, 11 (3): 93-114, 1981.
- BOYER, R. *Rapport salarial et formation des salaires: les enseignements d'une étude de longue période*. (mimeo), 1978.
- BOYER, R. "La crise actuelle: une mise en perspective historique. Quelques réflexions à partir d'une analyse du capitalisme français en longue période". *Critiques de l'économie politique*, (7-8): 113, abr./set. 1979.
- _____ (ed). *La flexibilité du travail en Europe*. Paris, La Découverte, 1986 a.
- _____ *Capitalisme fin de siècle*. Paris, PUF, 1986 b.
- _____ & Mistral, J. *Accumulation, inflation, crises*. Paris, PUF, 1978.
- _____ *A Teoria da Regulação. Uma análise crítica*. S. Paulo, Nobel, 1990. Primeira edição francesa, 1986.
- _____ (editor). *The search for labour market flexibility. The european economies in transition*. Oxford, Clarendon Press, 1988.
- _____ et. al. *Les figures de l'irréversibilité en économie*. Paris, Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991.

- BRUNHOFF, S. de *Estado e capital. Uma análise de política econômica*. Rio de Janeiro, Forense, 1985.
- CAMPOS, R. *Ensaio de história econômica e sociológica*. Rio de Janeiro, APEC, 1963; Apud (PEREIRA, 1985).
- & SIMONSEN, M. H. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, Jos
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Espanã, Siglo Vientiuno, 1977 a.
- _____. "Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas", in *O Estado em crise*, dir. de Nicos Poulantzas. Rio de Janeiro, Graal, 1977 b.
- _____. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. R. de janeiro, Paz&Terra, 1979.
- _____. *La crisis económica mundial y el capitalismo americano*. Barcelona, Editorial Laia, 1978.
- CASTRO, A.B. & SOUZA, F.E.P. de *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1985.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. S. Paulo, Xamã, 1986.
- COGOY, M. & SWEEZY, P. *Teoria da acumulação capitalista*. Porto, Publicações Escorpião, 1977.
- COLLETTI, L. (org.) *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*, 3ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1985.
- CORIAT, B. *L'atelier et le chronomètre*. Paris, C. Bourgois, 1978.
- _____. *Relation industrielles, rapport salarial et régulation*. Consommation, no 3, 1983.
- _____. *El Taller y el Robot*. México, D. F. Siglo Veintiuno Editores, 1992.
- _____. *Pensar pelo Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/ Revan, 1994.
- DOBB, M. *Economia Política e capitalismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo, V. 1: O Campo do Signo 1945/1966*. São Paulo/Campinas. Ensaio/Ed. Unicamp, 1993.
- _____. *História do Estruturalismo, V. 2: O Canto do Cisne, de 1967 aos nossos dias*. S. Paulo/campinas. Ensaio/Ed. Unicamp, 1994.
- DOWBOR, L. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- EVANS, P. *A triplice aliança*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.
- FAJNZYLBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. México, Editorial Nova Imagem, 1983.
- _____. "A empresa internacional na industrialização da América Latina". In: Serra, J. (coord.). *América Latina ensaios de interpretação econômica*. São Paulo, Paz&Terra, 1976.
- FIORI, J. L. *Sonhos prussianos, crises brasileiras - leitura política de uma industrialização tardia*. Ensaio FEE, Porto Alegre, 11(1): 41-61, 1990.
- _____. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight, 1995.
- _____. *O voo da coruja*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995.
- FOLIN, M. *La città del capital*. Itália. Donato, 1972.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 17ª ed., S. Paulo, Ed. Nacional, 1980.
- GALL, N. et. al. *Nova era da economia mundial*. São Paulo, Pioneira, 1989.
- GIRARD, R. *La violence et le sacré*. Grasset, 1972.
- _____. et. al. *Des choses cachées depuis la fondation de monde*. Grasset, 1978.
- GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro. Paz&Terra, 1994.
- GOLDSMITH, R. W. *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo, HARBRA, 1986.
- HARVEY, D. "The urban process under capitalism: a framework for analyses" in *Internacional Journal of Urban and Regional Research*. V.2, no 1, London, 1978.

- Condição Pós-Moderna. S. Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. 2a ed., Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- KALECKI, J. M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Jorge Migioli (org.) HUCITEC.
- _____. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KOTZ, D. M. "Long waves and social structures of accumulation: a critique and reinterpretation" in RRPE, 19 (4), 16:38, 1987.
- KLAMER, A. *Conversas com economistas*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1988.
- L'APPROCHE EN TERMES DE RÉGULATION. Economies et Sociétés. Cahiers de L'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation, no 1, 1984.
- LE COLLOQUE DE BARCELONE in Economies et Sociétés. Cahiers de L'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation - R, no 4, 1989.
- LE COLLOQUE DE BARCELONE in Economies et Sociétés. Cahiers de L'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation - R, no 5, 1990.
- LEFBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Portugal, Editora Ulisséia, 1972.
- LEFF, N. H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil, 1947-1964*. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. 2a ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *A estratégia de desenvolvimento 1974-76. Sonho e fracasso*. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ para Concurso de Professor Titular em Economia Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- LIPIETZ, A. *Crise et inflation, pourquoi?* Paris, Maspero, 1979.
- LIPIETZ, A. *L'andace ou l'enlèvement*. Paris, La Découverte, 1985.
- _____. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. S. Paulo, Nobel, 1988.
- _____. *O Capital e seu Espaço*. S. Paulo, Nobel, 1988.
- LOJKINE, J. *El marxismo, el Estado y la cuestión urbana*. México, D. F. Siglo XXI, 1977.
- LUKÁCS, G. *História y consciencia de classe*. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- MALINVAUD, E. *Profitability and unemployment*. London, Maison des Sciences de l'Homme and Cambridge University Press, 1980.
- MANDEL, E. *Tratado de economia marxista*. México, Ediciones Era, 1969.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. *A crise do capital*. São Paulo/Campinas, Ensaio/Ed. UNICAMP, 1990.
- MANKIW, N. G. *Recent development in macroeconomics: a very quick refresher course*. Journal of Money, Credit and Banking 20(3), Aug. 1988, Part 2. Federal Reserve Bank of Cleveland.
- MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*, Polis / Vozes, São Paulo / Petrópolis, 1984.
- MANTEGA, G. e MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1979.
- MARQUES, R.M. *Automação e microeletrônica e o trabalhador*. São Paulo, Biental, 1990.
- MARTINS, C.E. (org.) *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política - Grundrisse*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- _____. *Teorias sobre a plus-valia*. Barcelona. Critica, 1977.

O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MEDEIROS, C. A. *Padrões de acumulação e ajuste estrutural: um estudo comparativo sobre regimes salariais em capitalisms tardios*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 1992.

MENDONÇA, J. R. e outros (Org.). *Crise ou Regulação: Ensaio sobre a Teoria da Regulação*. Vitória, Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.

MICHALET, C.-A. *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1983.

MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.

MINSKY, H. P. *Can "It" Happen again? Essays on instability and finance*. Armonk, NY, M.E. Sharpe, 1984.

MORAES NETO, B. R. de. *Marx, Taylor e Ford. As forças produtivas em discussão*. 2a ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.

MOTTA, F. C. E. *Empresários e hegemonia política*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

NASCIMENTO, E. "Escola da Regulação" in *Revista de Economia Política* 13 (2), abril-junho, 1993.

NIVEAU, M. *Histoire des faits économiques contemporains*. Paris, PUF, 1992.

OFF, C. (Org.). *Trabalho & Sociedade- problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. V. 1- A crise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

Trabalho & Sociedade- problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. V. 2- Perspectivas. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, C. A. B. de. *Considerações sobre a Formação do Capitalismo*. Campinas, 1977, mimeo.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1977a.

A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977b.

ORLÉAN, A. (org.) *Analyse économique des conventions*. Paris, PUF, 1994.

PAULA, J. A. de & PIMENTEL, F. D. *A lei do valor e a crise do nosso tempo*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 9(2), abr./jun., 1989.

PEREIRA, L. C. B. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

O colapso de uma aliança de classes. São Paulo, Brasiliense, 1978.

Pactos políticos. Do populismo à redemocratização. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Lucro, acumulação e crise. São Paulo, Brasiliense, 1986.

A crise do Estado. São Paulo, Nobel, 1992.

POSSAS, M. "Valor, preço e concorrência: não é preciso começar tudo desde o início". *Revista de Economia Política* 2(4) no 8. São Paulo, Brasiliense, 1982.

O projeto teórico da escola da regulação. *Novos Estudos CEBRAP*, no 21, São Paulo, CEBRAP, jul/1988.

Dinâmica e concorrência capitalista. São Paulo/Campinas, HUCITEC/Ed. UNICAMP, 1989.

REATI, A. *Taux de profit et accumulation du capital dans l'onde longue de l'après-guerre*. Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1990.

RIBEIRO, N. & MENDONÇA, A. *A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 6(4), out./dez., 1986.

ROSDOLSKY, R. *Gênese y estructura de el capital de Marx. (Estudios sobre los gründerisse)*. México, Siglo XXI, 1979.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

- SABÓIA, J.&CORIAT, B. "*Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada*" in *Ensaio FEE*, 9(2),3:45, 1988.
- SALAMA, P. "*Intervenção do Estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países latino-americanos semi-industrializados*" in *Revista de Economia Política* 8(4): 67-87.
- SALAMA, P.&MATHIAS, G. *O estado superdesenvolvido*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SALAMA, P. *Dolarização*. São Paulo, NOBEL, 1989.
- SALAMA P.&VALIER, J. *A economia em decomposição. Ensaio sobre a hiperinflação*. São Paulo, NOBEL, 1992.
- SHAIKH, A. "An Introduction to the History of Crisis Theories" in *Review of URPE*, s. ed.
- _____ "A crise econômica mundial: causas e implicações" in *Ensaio FEE*, 6 (1): 33-56, 1985.
- SILVA, E. B. da *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 1981.
- _____ "Pós - fordismo no Brasil" in *Revista de Economia Política* 14 (3), julho-setembro, 1994.
- SINGER, P. *A crise do milagre*. 6a ed., Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1982.
- _____ *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1977.
- SOUZA, N. A. de *Teoria marxista das crises*. São Paulo, Global, 1992.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- _____ *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência UFRJ (mimeo). 1975.
- _____ *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Concurso para professor titular UFRJ (mimeo), 1978.
- TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. S. Paulo, Ensaio, 1995.
- TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. S. Paulo. Cortez/ UECE, 1996.
- TEULON, F. *Croissance crises et développement*. Paris, PUF, 1992.
- _____ *La nouvelle économie mondiale*. Paris, PUF, 1993.
- TOPALOV, C. "*Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965*". *Espaço&Debates*, no 23, São Paulo, NERU, 1988.
- UDRY, O. *Ruptura e integração: tendências interdisciplinares entre economia e ciências sociais*. Tese de Doutorado apresentada ao Depto de Sociologia da FFLCH da USP, 1989.
- VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. Coord. *Reestruturação urbana. Tendências e desafios*. São Paulo, Nobel/IUPERJ, 1990.
- VILLAREAL, R. *A Contra-Revolução Monetarista. Teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. R. de Janeiro, Ed. Record, s/d.
- VILLELA, A.V.&SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. IPEA, Rio de Janeiro, 1975.
- WEFFORT, F. *Por que democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____ *Qual democracia?* São Paulo, Cia das Letras, 1992.